

## Aspectos Gerais da Distribuição de Renda no Brasil

**Autores:** **Rodolfo Strifezzi dos Santos** é mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e é graduado em Engenharia de Produção Mecânica pela Universidade Nove de Julho.

### Resumo

Este artigo objetiva analisar a maneira pela qual a renda brasileira é distribuída entre as classes. A hipótese é que tal ocorre de maneira desigual, sendo que sua maior parcela é destinada à faixa da população brasileira que aufer rendimentos mais elevados, enquanto que o inverso é observado em relação aos que se encontram na base da pirâmide social do Brasil. Conclui-se que a alocação da renda brasileira ocorre de maneira desigual entre os estratos sociais e que tal se trata de um problema crônico do país. Em consequência, o número de brasileiros extremamente pobres e miseráveis se elevou.

**Palavras chave:** Distribuição de renda. Desigualdade de renda. Desigualdade social.

### Abstract

This article aims to analyze the way in which the Brazilian income is distributed among the classes. The hypothesis is that this occurs unevenly, being that its largest share is destined to the range of the Brazilian population earning higher income, while the inverse is observed in relation to those who are at the base of the social pyramid of Brazil. It is concluded that the allocation of Brazilian income occurs unevenly between social strata and that this is a chronic problem in the country. In consequence, the number of extremely poor and miserable Brazilians rose.

**Keywords:** Income distribution. Rent inequality. Social inequality.

**JEL:** D31; D310; D630.

## Introdução

O problema da maneira pela qual a renda brasileira é distribuída entre as classes da população não é novo, e no atual momento não é diferente.

Dos anos 1960 a 1970, período em que a indústria brasileira comandou o desenvolvimento econômico do país, gerando as mais elevadas taxas de crescimento econômico, em decorrência da política de aperto salarial adotada nota-se que a maior parcela da renda nacional foi alocada no topo da pirâmide social brasileira.

Durante os anos 1980, concomitantemente aos elevados níveis de inflação vigentes no Brasil, às políticas econômicas adotadas (principalmente à do período 1980 – 1984), às consequências do atendimento às exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) decorrentes das diversas cartas de intenções enviadas pelo governo brasileiro ao Fundo, à mudança de regime (saindo da ditadura e ingressando na Nova República) e à crise da dívida externa, o problema da alocação da renda nacional entre as faixas sociais se acentua.

Nos anos 1990, quando o regime democrático se consolida no solo brasileiro e a inflação é derrotada, o produto econômico passa a ser melhor distribuído entre as classes de renda, porém com a sua maior fatia ainda sendo destinada à camada da população do país com rendimentos mais elevados. Importante tomar em consideração que neste período, por conta das políticas de taxas de juros e de câmbio praticadas, os investimentos no capital portador de juros ganham importância no Brasil, sendo este um dos motivos pelos quais o comportamento da distribuição da renda brasileira se mostrou reconcentrador no topo da pirâmide social do país.

De 2001 a 2014 o cenário muda e a renda nacional passa a ter sua maior parcela destinada à camada socialmente mais vulnerável. Neste intervalo de tempo são criados os primeiros Programas de transferência de renda, quais sejam, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio-Gás. Estes, posteriormente convertidos no Programa Bolsa Família, em conjunto com a política sustentada de valorização do salário-mínimo ocorrida a partir de 2002, contribuíram para a geração deste quadro.



Entretanto, a partir de 2015 a situação se reverte e, desde esse ano até o presente, a renda nacional voltou a ser desigualmente distribuída entre as camadas da pirâmide social brasileira. Instabilidades política e econômica, além das políticas econômicas praticadas neste período contribuíram para a geração deste cenário.

Este artigo tem como objetivo evidenciar e analisar, de maneira generalizada, a maneira pela qual a renda brasileira é distribuída entre os estratos sociais do país. Para tanto, são apresentados os dados estatísticos que revelam a situação tanto no período pretérito quanto no atual momento e se buscará justificar e explicar a razão pela qual tal se apresenta. Conclui-se que a distribuição de renda no Brasil ocorre de maneira desigual entre as classes e que tal se trata de um problema crônico do país. Consequentemente, o número de extremamente pobres e miseráveis no território nacional se elevou.

Além desta introdução, este artigo conta com uma seção que apresenta o contexto histórico da maneira pela qual a renda brasileira foi distribuída, buscando evidenciar como o problema se desenvolveu no solo brasileiro. Após este esboço histórico, o quadro atual da alocação da renda no Brasil é delineado. A seguir, as considerações finais sobre o assunto são tecidas.

## 1. Contexto histórico da distribuição de renda no Brasil: 1960 a 2018

Um dos problemas crônicos do Brasil é forma como a renda que é gerada no país é distribuída entre as classes. Após um longo período em que a sua maior parcela residiu concentrada no topo da pirâmide social do país (da segunda metade dos anos 1960 até o final da década de 1980), iniciou-se um período de melhoria quando se podia vislumbrar uma distribuição socialmente mais justa da renda (anos 1990). Entretanto, nesta década, apesar da melhoria ocorrida (principalmente quando comparada com o cenário dos anos anteriores), seu maior percentual ainda se mostrava concentrado na camada economicamente mais rica da população do país. Tomando em consideração que uma distribuição da renda nacional é considerada justa quando a classe economicamente mais vulnerável possui uma representatividade relevante na apropriação desta renda, o quadro somente apresentou uma melhora, de fato, no período 2001 a 2014. Entretanto, nos anos

posteriores a desigualdade na distribuição retorna e atualmente apresenta comportamento ascendente.

Em todos os anos da década de 1960 as taxas de crescimento econômico do país apresentaram elevados níveis. A Tabela 1 a seguir evidencia o comportamento apresentado pelo Produto Interno Bruto brasileiro durante este período.

Tabela 1 – Variação do Produto Interno Bruto do Brasil – 1960 a 1968 – porcentagens em relação ao ano anterior

Ano	Variação
1960	9,7
1961	10,3
1962	5,3
1963	1,5
1964	2,9
1965	2,7
1966	5,1
1967	4,8
1968	8,4

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (apud SERRA, 1972, p.12) (a tabela, desenvolvida pelo autor, apresenta dados estimados para os anos 1969 e 1970, que, por conta disso, foram excluídos da aqui apresentada).

Entretanto, o vigoroso crescimento econômico ocorrido durante os anos 1960 não se refletiu em uma distribuição igualitária da renda. Bem ao contrário, como é possível observar na Tabela 2 a seguir, entre os anos 1960 e 1970 os percentis da População Economicamente Ativa (PEA) do Brasil mostraram uma redução na participação relativa à absorção da renda, exceção feita aos 10% mais ricos. Por conta disso, o índice de Gini se elevou de 0,4999 para 0,5684 (LANGONI, 1972, p.357-358 apud CACCIAMALI, 1988, p.347-363).

Tabela 2 – Comparação da Distribuição de Renda - Brasil – 1960 e 1970

Decil	% da Renda		
	1960 (1)	1970 (2)	(1)/(2) (em %)
10	1,17	1,11	-5,13
10	2,32	2,05	-11,64
10	3,42	2,97	-13,16
10	4,65	3,88	-16,55
10	6,15	4,90	-20,32
10	7,66	5,91	-22,75
10	9,41	7,37	-21,68
10	10,85	9,57	-11,80
10	14,69	14,45	-1,64
10	39,66	47,79	+20,50
Total	100	100	-

Fonte: LANGONI (1972 apud CACCIAMALI, 1988, p.358).

Conforme Lago (2014, p.236), a concentração da renda brasileira nos estratos 5% e 1% mais ricos apresenta elevação a partir do ano 1960 até 1972. De acordo com o autor, a parcela da renda nacional canalizada aos 5% mais ricos aumenta de 28,3% em 1960 para 34,1% em 1970, chegando em 39,8% em 1972, ao passo que a fatia destinada ao 1% mais rico do país majora de 11,9% em 1960 para 14,7% em 1970, atingindo 19,1% em 1972. Comportamento este oposto no que toca à camada economicamente mais pobre da população do país. Segundo o autor, em 1960 os 50% brasileiros mais pobres detiveram 17,4% da renda brasileira, percentual este que se contraiu para 14,9% em 1970 e para 11,3% em 1972.

De acordo com Resende (2014, p.211), a explicação para o comportamento desigual da distribuição da renda no Brasil entre os anos 1960-1970 pode ser encontrada na política de compressão salarial praticada no período. Afirma o autor que tal pode ser comprovado quando se observa que a presença na renda total dos 50% mais pobres se contraiu de 17,7% para 14,9% neste intervalo de tempo. Corroborando esta afirmação, Serra (1982, p.13) assinala que o distanciamento social observado no período 1964 – 1974 teve como força motriz a política social regressiva brasileira, baseada baixos reajustes salariais definidos pelo governo

(salário-mínimo e salário dos servidores públicos, de maneira geral os salários impactados pela fórmula de reajustes adotada a partir de 1964),e mais ainda, pela flexibilização da estabilidade no emprego, rígidas restrições à liberdade sindical e restrições de gastos públicos com finalidade social.

Segundo Serra (1978, p.266), o quadro ora evidenciado favoreceu a reconcentração da renda no grupo mais rico da população nos anos 1960, possibilitando a concentração do poder de consumo da camada socialmente mais elevada em detrimento dos mais pobres.

A Tabela 3 a seguir permite constatar como a renda brasileira foi distribuída entre os percentis de renda nos anos 1960, 1970 e 1980. É digno de nota o seu comportamento concentrador. Nestes anos, enquanto à fatia dos mais ricos coube uma parcela cada vez maior da renda nacional, aos socialmente menos favorecidos ocorreu o oposto.

Tabela 3 – Distribuição da renda - Brasil – População Economicamente Ativa – 1960, 1970 e 1980

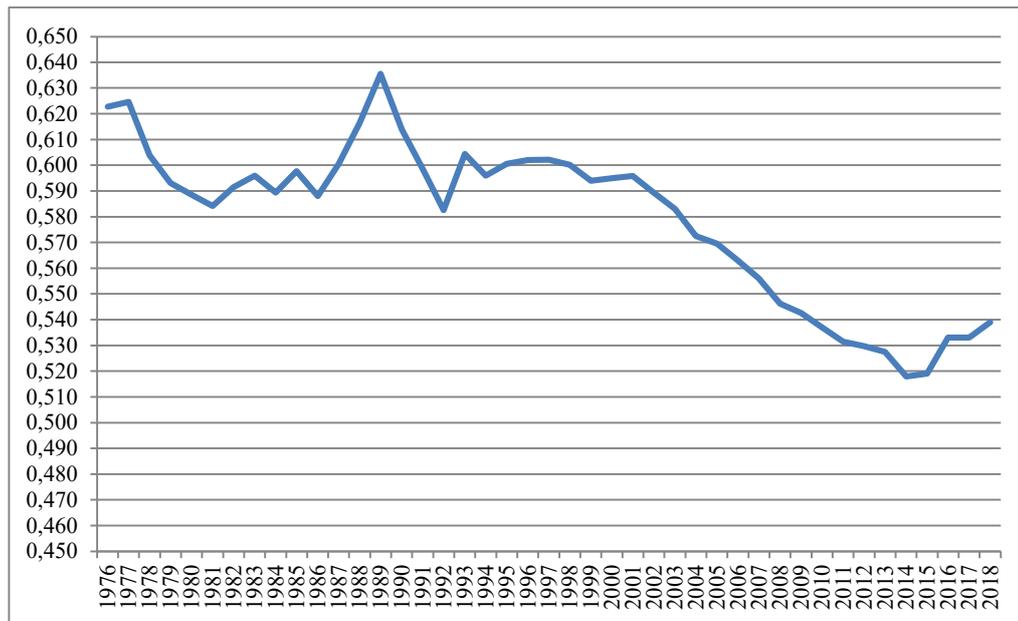
Percentis	1960	1970	1980
20-	3,9	3,4	2,8
50-	17,4	14,9	12,6
10+	39,6	49,7	50,9
5+	28,3	34,1	37,9
1+	11,9	14,7	16,9

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (apud Serra, 1982, p.12).

Durante quase toda a década de 1970 o crescimento econômico brasileiro mostrou-se em elevado patamar (a variação real anual do PIB, a preços de mercado, no período 1970 a 1980 foi de 10,40%, em 1970; 11,34%, em 1971; 11,94%, em 1972; 13,97%, em 1973; 8,15%, em 1974; 5,17%, em 1975; 10,26%, em 1976; 4,93%, em 1977; 4,97%, em 1978; 6,76%, em 1979 e 9,20%, em 1980), à exceção dos anos 1977 e 1978, que foram de baixo crescimento do PIB brasileiro para os padrões da época. Apesar do elevado crescimento registrado nos anos 1974 e 1975, aproximadamente um terço das famílias brasileiras se encontravam em situação de pobreza absoluta, o que equivalia a duas vezes o menor salário-mínimo mensal do país vigente na época (SERRA, 1982, p.12). Em contraste, a fração média de renda

auferida pelo 1% mais rico no intervalo 1970-1975 foi de 24,6%. (SOUZA, 2018, p.261). Conforme aponta o Gráfico 1 a seguir, em 1976, a despeito do elevado crescimento econômico, o índice de Gini foi de 0,623, o que revela que da alta magnitude da renda gerada no Brasil a menor parcela foi destinada à camada socialmente mais pobre da população brasileira.

Gráfico 1 – Índice de Gini – Brasil (1976 – 2018)



Fonte: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas; Banco Mundial (interpolação linear nos anos 1980, 1991, 1994, 2000 e 2010).

Como pode ser observado no Gráfico 1, a segunda metade da década de 1970 representou uma melhora na distribuição da renda brasileira. De 1977 a 1981 é possível observar um declínio na desigualdade da distribuição da renda domiciliar *per capita*. Entretanto, é digno de nota o elevado patamar em que se encontrou o índice de Gini brasileiro neste período, revelando que apesar da redução na desigualdade observada a maior parcela da renda nacional ainda se mostrou concentrada na camada socialmente mais elevada do Brasil.

Como a Tabela 3 aponta, a década de 1980 se inicia com um elevado distanciamento entre as classes de renda. Como o Gráfico 1 indica, o comportamento a distribuição de renda no Brasil apresentou uma piora nos anos 1982 até 1985, quando o índice de Gini se eleva de 0,591 para 0,598. Em 1989 o indicador resulta em 0,636, sendo este o pior nível da série histórica.

A Tabela 4 a seguir possibilita observar como ocorreu a alocação da renda gerada no Brasil a partir da segunda metade da década de 1980. A Tabela 4 permite ainda comprovar que no final dos anos 1980 a renda nacional se mostrou concentrada nos estratos mediano e superior do país.

Tabela 4 – Distribuição de renda das pessoas\* - Brasil – 1986, 1989, 1993, 1995, 1996, 1997 e 1998

% das pessoas em ordem crescente de renda	1986	1989	1993	1995	1996	1997	1998
Até 50%	12,5	10,4	12,8	13,1	13,0	13,1	13,5
De 50% a 90%	38,7	36,4	37,4	38,7	39,1	39,3	39,0
De 90% a 99%	33,6	35,9	33,8	34,3	34,4	33,9	33,8
De 99% a 100%	15,2	17,3	16,0	13,9	13,5	13,7	13,7

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Tabulações Especiais (apud ROCHA, 2001, p.77).

\* % Rendimentos de todas as origens de pessoas de 10 anos ou mais com rendimento positivo.

Além da instabilidade política ocorrida nos anos 1980, a inflação brasileira atingiu elevadas proporções, e parecia até insolúvel. Mais ainda, o setor industrial, gerador de empregos em elevado número, contribuinte dos crescimento e desenvolvimento econômicos nacionais, passou a perder gradativamente participação no PIB brasileiro a partir de 1985. Todos estes fatores, somados à elevada dívida externa, bem como à crise estrangeira, contribuíram para a desigual distribuição da renda no país neste período.

Fraga Neto (2019, p.614) corrobora a explicação acima exposta para o comportamento desigual da alocação da renda brasileira ao constatar que ao cabo dos anos 1970 a inflação sofreu aceleração no Brasil e a dívida externa majorou. Mais ainda, conforme o autor, a economia brasileira, que já se encontrava fragilizada, não resistiu à instabilidade externa oriunda dos choques de juros e do



petróleo, e, assim, ingressou na chamada década perdida (1981 – 1993), quando a renda *per capita* sofreu redução de cerca de 10%.

Após este quadro de elevada desigualdade na distribuição da renda no Brasil é possível observar no Gráfico 1 uma melhora no início dos anos 1990, embora ainda com um grau de concentração significativo na faixa populacional socialmente mais elevada. Este melhor cenário ocorreu na esteira da consolidação da redemocratização do país, da estabilização inflacionária obtida com a implantação do Plano Real e, sobretudo, com a adoção das políticas de transferência de renda no governo Fernando Henrique Cardoso.

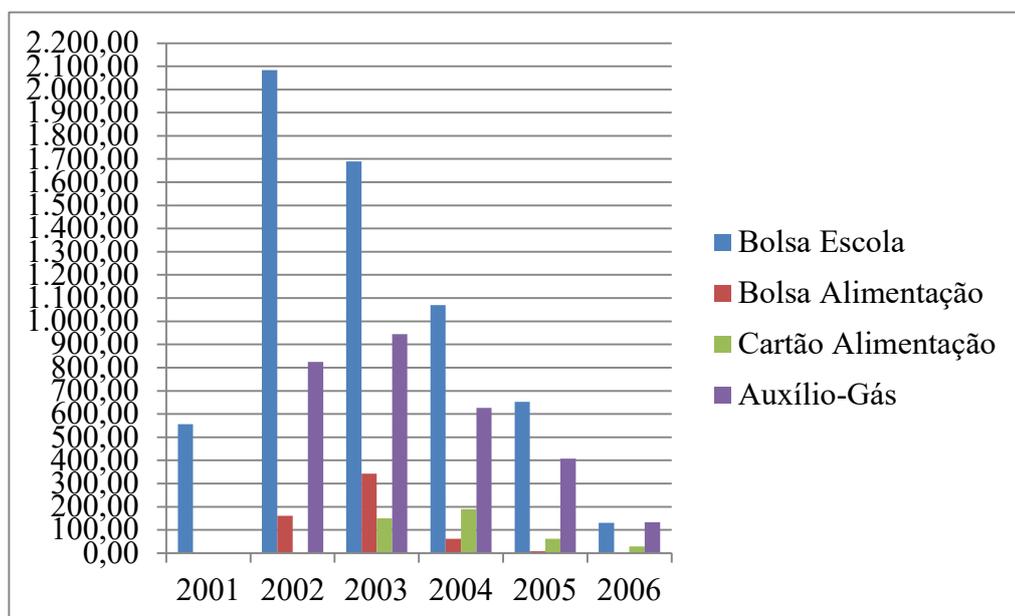
Em 1993 há uma piora na distribuição da renda *per capita* (Gráfico 1). Entretanto, no ano seguinte, quando a reforma monetária que gerou a estabilização inflacionária entrou em vigor, a desigualdade da distribuição da renda nacional diminuiu. Dos anos posteriores até 1999 constata-se uma piora nesta matéria. É importante ter em consideração a política econômica praticada no período. Esta, que com o fito de assegurar o vigor da nova moeda diante das pressões oriundas das crises internacionais ocorridas no período, caracterizou-se como de taxas de juros elevados e cambial valorizada, além da introdução de um novo imposto sobre as transações financeiras (qual seja, a Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira). Tais, se de um lado evitaram a fuga de capitais, a perda de força da nova moeda e o retorno da inflação, do outro - como se torna evidente da observação do comportamento do índice de Gini no Gráfico 1 - favoreceram a natureza reconcentradora da renda nacional no topo da pirâmide social do Brasil, principalmente por seu caráter atrativo às inversões no capital financeiro.

A Tabela 4 permite constatar que a despeito da melhoria da alocação da renda nacional ocorrida do início dos anos 1990 até seu encerramento, os brasileiros mais pobres não receberam um aumento relevante da renda nacional. Apenas as classes média e alta perceberam uma evolução significativa nesta matéria. Tal permite a conclusão de que o Plano Real possibilitou apenas uma melhora suave no que se refere aos socialmente menos favorecidos, enquanto que no que toca aos que se encontram da metade para cima da pirâmide social brasileira, seus impactos positivos foram sentidos de uma maneira mais forte.

A partir de 2001 observa-se uma queda substantiva na desigualdade da distribuição de renda no Brasil. Como evidencia o Gráfico 1, no intervalo de tempo 2001 a 2014 o índice de Gini brasileiro apresenta uma contração de 13,09%. É digno de nota não somente a magnitude da retração no indicador, como também o longo período em que ocorre essa diminuição, o que possibilita concluir que esta redução na desigualdade da forma pela qual a renda brasileira foi alocada entre as classes se deu de maneira sustentada.

Nos anos 2001 e 2002 passaram a vigorar no Brasil os Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio-Gás, sendo que o primeiro entrou em operação em 2001, enquanto que os demais em 2002. Como o Gráfico 2 a seguir indica, todos estes Programas apresentaram evolução até apenas seu segundo ano de vigência, quando cada vez menos recursos do governo federal passaram a ser repassados à camada da população brasileira atendida por tais. Entretanto, quando se compara os dados constantes no Gráfico 2 com os do Gráfico 1 é possível afirmar que estes contribuíram positivamente para a melhor distribuição da renda brasileira no período 2001 a 2003.

Gráfico 2 – Evolução dos benefícios (valores constantes em milhões de R\$, corrigidos pelo IPCA mês a mês, para dezembro de 2006)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social (apud ESPÍNDOLA, 2007, p.31).

A Tabela 5 abaixo permite visualizar como se deu a alocação da renda gerada no Brasil entre as classes de renda, no período 2001 a 2005. Destaca-se a elevação da fatia da renda do país destinada à camada mais pobre, que tanto no intervalo 2001 a 2004 quanto no de 2001 a 2005 apresentou ganho mais elevado em relação aos demais quintis.

Tabela 5 – Evolução do rendimento dos seis extratos da distribuição da renda domiciliar *per capita* - Brasil – 2001 a 2005

Extrato	Renda média em R\$ de agosto de 2006					Variação (%)	
	2001	2002	2003	2004	2005	2001-2004	2001-2005
Quinto mais pobre	51,1	55,7	52,7	59,3	64,8	16,0	26,6
Segundo quinto	128,0	131,1	126,5	137,3	147,5	7,3	15,2
Terceiro quinto	224,6	226,9	219,2	232,8	250,1	3,7	11,4
Quarto quinto	393,1	394,5	377,4	395,1	418,1	0,5	6,4
Nono décimo	707,4	704,6	668,1	688,4	719,9	-2,7	1,8
Décimo mais rico	2057,5	2044,2	1891,6	1911,9	2031,0	-7,1	-1,3
<b>Total</b>	<b>435,8</b>	<b>436,5</b>	<b>411,1</b>	<b>424,9</b>	<b>451,2</b>	<b>-2,5</b>	<b>3,5</b>

Fonte: HOFFMANN (2007, p.97).

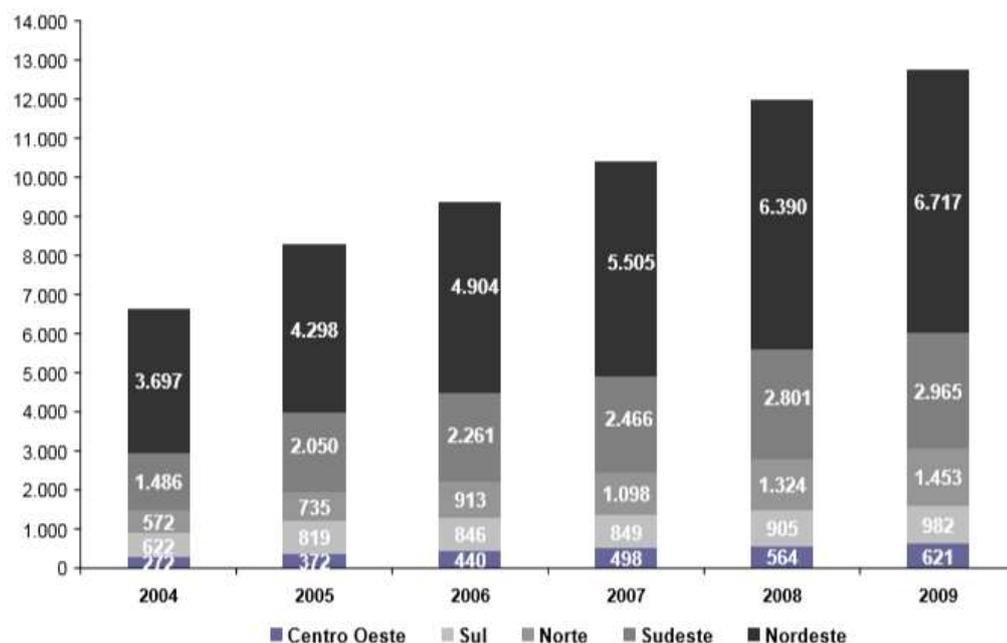
Ainda que os Programas de transferência de renda vigentes no período 2001 a 2005 tenham apresentado declínio de repasses a partir do seu segundo ano de operação (Gráfico 2), o comportamento ascendente da parcela da renda nacional destinada à camada mais pobre da população brasileira indicado na Tabela 5 possibilita afirmar que estes Programas atuaram positivamente no que se refere à alocação da renda brasileira ao quintil mais pobre da população do país.

Substituindo os Programas de transferência de renda Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio-Gás, em 2003 foi implementado o Programa Bolsa Família, reunindo em um só Programa os ora citados. Este, em contraste aos precedentes, apresentou evolução constante de repasses de recursos desde o início de sua vigência. No período de 2003 a 2005 o montante de recursos do governo federal transferidos à população atendida por este Programa, em valores constantes, em milhões de reais, corrigidos pelo IPCA mês a mês, para dezembro de 2006, foi de R\$

676,00, em 2003; R\$4.221,00, em 2004 e de R\$5.929,00, em 2005. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL apud ESPÍNDOLA, 2007, p. 31). Este aumento, comparado à elevação da renda percebida pelo quintil mais pobre nos anos 2003 a 2005 (Tabela 5) permite a conclusão de que este Programa possuiu uma participação importante no ganho de renda desta faixa da população brasileira.

No período de 2006 a 2009 o Gráfico 3 abaixo aponta que o Programa Bolsa Família permaneceu apresentando o comportamento altista, tal qual nos anos anteriores. Este quadro, em comparação com o evidenciado no Gráfico 1, para este intervalo de tempo, permite afirmar que o Programa atuou favoravelmente a uma destinação de recursos à camada social mais vulnerável da população brasileira.

Gráfico 3 – Programa Bolsa Família (evolução dos recursos por região – em milhões de reais)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2010, p.16).

Corroborando o acima exposto, Fraga Neto (2019, p.614) constata que atuaram como insumos importantes para a geração do quadro ora evidenciado as políticas sociais adotadas no Governo Lula. Adicionalmente, o autor atesta que influíram positivamente na redução da desigualdade da distribuição de renda brasileira no período as elevações no salário-mínimo, a universalização do ensino fundamental e melhorias relevantes em indicadores de saúde.



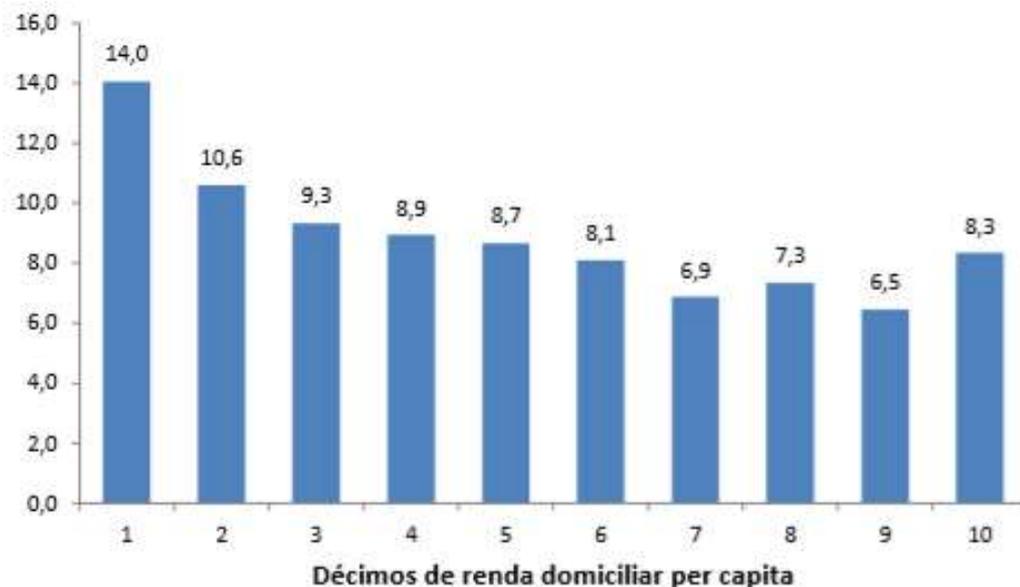
O Gráfico 4 a seguir possibilita observar como se deu a alocação da renda por decil de renda em 2012. Já o Gráfico 5 tece uma comparação entre os anos 2011 e 2012, no que se refere à distribuição da renda brasileira.

Gráfico 4 – Renda domiciliar *per capita* – Brasil – 2012 (em R\$)



Fonte: IPEA (2013, p.9).

Gráfico 5– Taxa de variação da renda domiciliar *per capita* por décimos da população – Brasil – 2011 a 2012 (em %)



Fonte: IPEA (2013, p.9).

Como se nota no Gráfico 4, apesar de em 2012 ter ocorrido uma distribuição da renda brasileira favorável à camada mais pobre da população brasileira, o ganho percebido por esta foi substancialmente inferior ao decil mais rico da população do país. Já quando se realiza uma comparação da distribuição da renda entre os anos



2011 e 2012 (Gráfico 5), se observa que os 10% mais pobres tiveram um ganho superior (14,0%) aos 10% mais ricos (8,3%).

Contrastando com o quadro apresentado no período 2001 a 2014, a partir de 2015 a distribuição de renda no Brasil volta a ser desigual, quando o índice de Gini do país resulta em 0,519, conforme aponta o Gráfico 1. Já em 2016, este nível se eleva para 0,533.

Segundo Souza (2018, p.261), no período compreendido entre os anos 2010 e 2015 a fração média da renda nacional apropriada pelo 1% mais rico do país atinge o nível de 23,2%.

É importante ter presente que nos anos 2015 e 2016, internamente, os cenários econômico e político eram de alta instabilidade. No que se refere à política fazendária, se até o início de 2015, sob a liderança de Guido Mantega esta era de viés heterodoxo, com a sua substituição por Joaquim Levy, passa-se à ortodoxia. Deve-se ter em conta, ainda no que toca à orientação econômica do país, o retorno à política de cunho desenvolvimentista, com ingresso de Nelson Barbosa, este permanecendo até maio de 2016. No plano político, em 2016 há o impedimento da então presidente Dilma Rousseff. Os quadros instáveis tanto político quanto econômico favoreceram a piora evidenciada na distribuição de renda brasileira neste período.

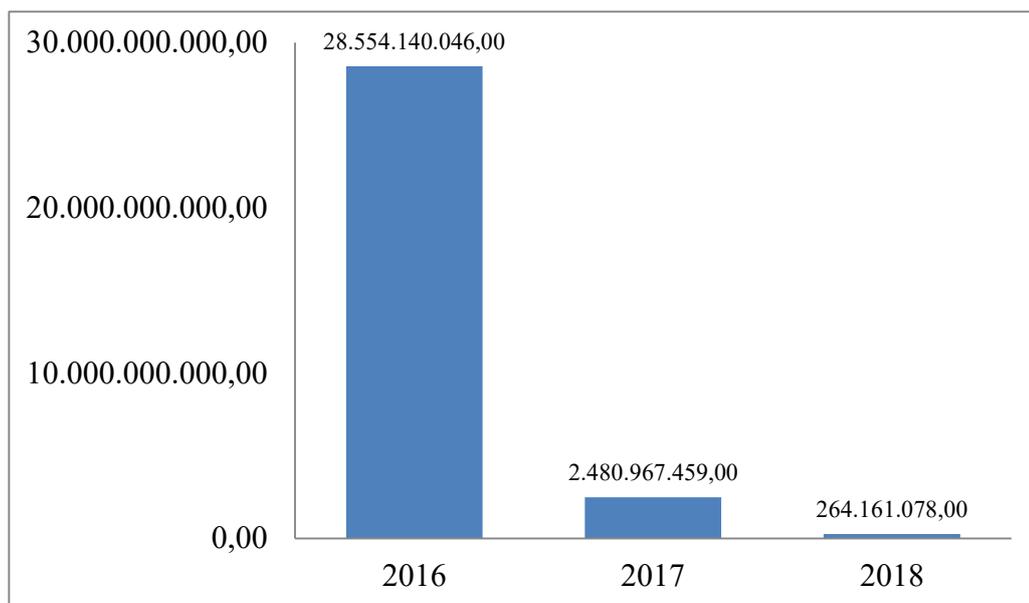
A análise do comportamento do Programa Bolsa Família em 2015 permite justificar a elevação da desigualdade da distribuição de renda observada neste ano. É possível constatar uma contração das transferências em 2015 em relação ao ano precedente. Enquanto que em 2015 a quantidade total de recursos repassados foi de R\$13.936.791,00, em 2014 esse montante foi de R\$14.003.441,00 (SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, 2016, p.17). Já em 2016, entretanto, a quantidade total de pagamentos foi de R\$166.390.851,00 (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020), uma alta de 11,88% em relação ao ano anterior.

Em 2017, por seu turno, a distribuição de renda no Brasil se mostrou estagnada em relação ao ano anterior (Gráfico 1). Entretanto, a análise por decil de classe de renda permite observar uma contração da fatia do bolo da renda nacional recebida pelos economicamente mais pobres do país. Segundo Georges (2018, p.18),

quando se considera a população com idade superior a 20 anos que percebeu algum rendimento neste ano, constata-se que os que se situam na base da pirâmide social brasileira foram os que mais sofreram queda em sua renda, destacando-se o decil mais pobre. No tocante ao rendimento de todos os trabalhos, o autor pontua que a contração no intervalo entre 2016 e 2017 foi superior a 11% para os 10% mais pobres, declinando para 9%, quando são tomados em conta todos os decis de rendimento. Em 2017, de acordo com o autor, a renda média total auferida por este segmento da população brasileira foi de R\$198,03/mês, valor este inferior ao da linha de pobreza do Banco Mundial.

Como justificativa para o quadro acima ilustrado, o Gráfico 6 abaixo registra a importante queda das transferências do Programa Bolsa Família.

Gráfico 6 – Programa Bolsa Família – evolução de pagamentos – Brasil – 2016 a 2018 (R\$)



Fonte: Ministério da Cidadania.

Como consequência deste estado de coisas, a pobreza entre 2016-2017 aumentou no Brasil. Os 40% mais pobres perceberam uma variação em sua renda pior que a média nacional, sendo que o rendimento do trabalho desta camada da população apresentou uma contração de 3,5%. Tomando-se em conta todas as rendas, a retração foi de 1,6% para a parcela mais pobre da população brasileira. Digno de nota, em 2017 a renda média auferida pela metade mais pobre dos brasileiros foi inferior a um salário-mínimo: R\$787,69. Em contraste, neste ano os



10% mais ricos no Brasil constatarem uma majoração de aproximadamente 6% em seus rendimentos do trabalho e de 2% quando são tidas em conta todas as rendas. A renda média do total mais rico foi de aproximadamente dez salários-mínimos: R\$9.519,10/mês. Comparando os rendimentos médios mensais do 1% mais rico com os 50% mais pobres no Brasil, em 2017 os primeiros detiveram uma parcela de renda 36,3 vezes superior aos últimos. (GEORGES, 2018, p.11-18).

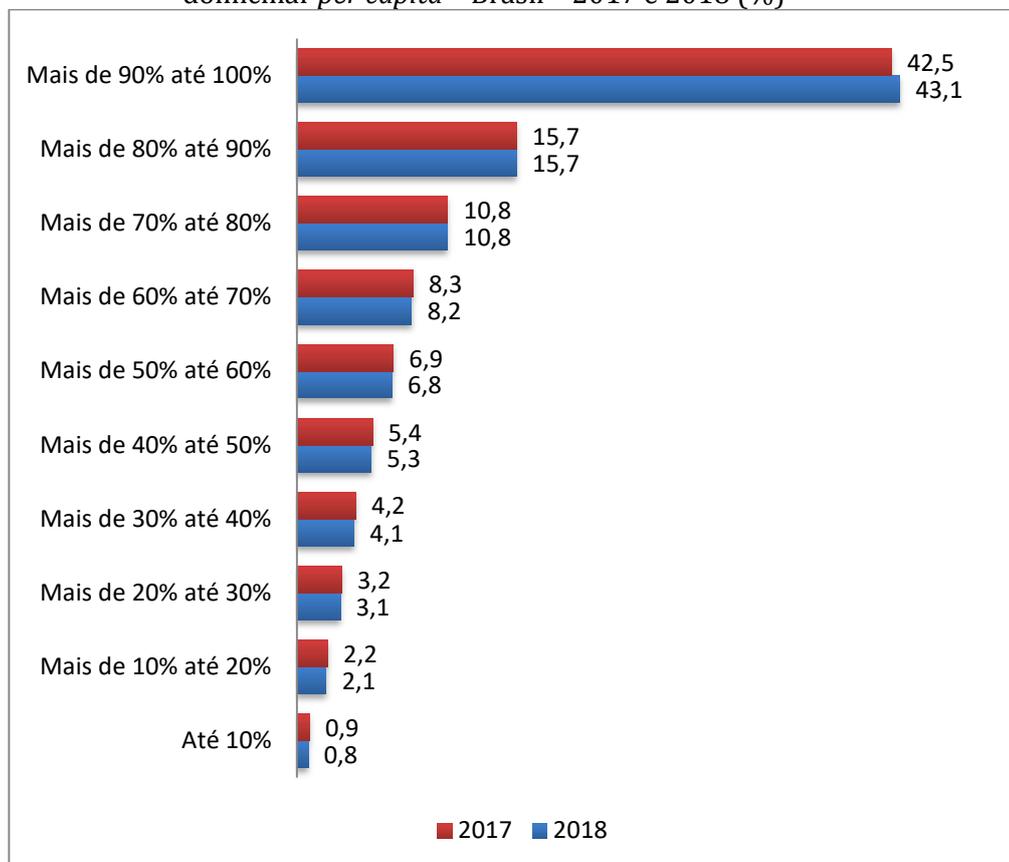
Na esteira da trajetória iniciada em 2015, em 2018 o índice de Gini brasileiro permaneceu apresentando comportamento altista, quando resultou em 0,539 (Gráfico 1), revelando que neste ano a distribuição da renda domiciliar *per capita* ocorreu de maneira desigual no Brasil.

O Gráfico 7 a seguir permite observar como ocorreu a alocação da renda nacional entre as classes nos anos de 2017 e 2018. Enquanto ao estrato com até 10% menores rendimentos foi destinada uma fatia de 0,8% da renda total gerada no Brasil em 2018, à faixa dos 90% a 100% com maiores rendimentos foi dedicada uma parcela de 43,1% desta. Comparando-se o comportamento da distribuição da renda brasileira entre estes dois extremos sociais nestes anos, constata-se que o acréscimo da parcela da renda nacional no topo da pirâmide social brasileira ocorreu em uma proporção significativamente mais elevada do que na base.

Importante ter em conta que a diminuição de repasses do Programa Bolsa Família em 2018 contribuiu para a geração do quadro acima exposto. Como aponta o Gráfico 6, neste ano o montante de recursos transferidos foi o menor desde 2016. Tomando por base o ano de 2017, a contração de pagamentos ocorrida em 2018 foi de 10,65%.

Em decorrência deste cenário, a pobreza monetária no Brasil aumentou em 2018. Neste ano, 25,3% da população brasileira auferiu um rendimento mensal de aproximadamente R\$420,00, este abaixo da linha de pobreza definida pelo Banco Mundial – ou seja, inferior a US\$5,50 PPC (Paridade do Poder de Compra) por dia -. Em comparação com 2014, tal significou uma elevação de 52,5 milhões de monetariamente pobres no país. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019, p.58).

Gráfico 7 – Distribuição da massa de rendimento mensal real domiciliar *per capita*, segundo as classes de percentual das pessoas, em ordem crescente de rendimento domiciliar *per capita* – Brasil – 2017 e 2018 (%)



Fonte: IBGE (2019, p. 10).

Nota: a preços médios do ano.

Considerando-se diários US\$1,90 PPC como linha de pobreza (ou aproximadamente R\$145,00 por mês), constata-se que, igualmente ao quadro descrito no parágrafo anterior, a pobreza monetária majorou no Brasil em 2018. De acordo com esse critério de aferição, 6,5% da população do país possuía um rendimento inferior a US\$1,90 PPC, percentual que equivale a 13,5 milhões de pessoas. Entre 2017 e 2018 não houve alteração nesse contingente. Entretanto, no intervalo compreendido entre os anos 2014 e 2018 o aumento foi de 2,0 pontos percentuais. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019, p.59).

Do que foi exposto nesta seção, é possível concluir que a distribuição de renda ocorre de maneira desigual no país e que este é um problema crônico do Brasil. À exceção do período 2001 a 2014, em todos os anos foi possível constatar que sua maior parcela foi alocada na camada socialmente mais elevada do país. O



que vem ocorrendo nesta matéria no Brasil desde 2015 significa um alerta. Desde esse ano o índice de Gini brasileiro apresenta comportamento altista.

## 2. Caracterização atual da distribuição de renda no Brasil

Em 2019 o índice de Gini brasileiro atingiu o nível de 0,543 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020, p.1), o que revela que neste ano a desigualdade da distribuição de renda no Brasil se acentuou. Importante tomar em conta que este resultado foi o mais elevado desde 2015, ano este em que a alocação da renda no país passou a ser desigual, após a redução substancial ocorrida no período 2001-2014.

Conforme a Tabela 6 a seguir permite observar, no ano de 2019 a maneira pela qual a renda brasileira foi distribuída entre os percentis de renda favoreceu a sua concentração no topo. Como é possível concluir pela observação da Tabela 6, à camada da população brasileira com rendimento mais elevado foi destinada uma fatia da renda nacional, em média, 33,7 vezes maior do que à metade do estrato social com menores rendimentos. A comparação do comportamento da alocação da renda brasileira em 2019 em relação ao ano de 2018 possibilita constatar que essa desigualdade na distribuição da renda do país se agudizou em 2019. O mesmo é atestado quando a comparação se dá com 2012.

O Gráfico 8 abaixo indica que em 2019 a alocação da renda por classe no Brasil apresentou relativa estabilidade em comparação a 2018. A classe mediana percebeu uma leve variação positiva em sua renda na passagem de 2018 a 2019, enquanto que o estrato superior a 50% até 60% de renda não percebeu variação em sua renda. Entretanto, quando se analisa a diferença da fatia de renda destinada aos extremos da pirâmide social brasileira, constata-se que a desigualdade em sua distribuição permaneceu em 2019, uma vez que os 10% com menores rendimentos receberam 0,8% da renda nacional, enquanto que os 10% com maior nível de rendimento ficaram com 42,9% desta.

Como consequência do cenário ora apresentado, a pobreza no Brasil se elevou em 2019. De acordo com Lupion (2020), neste ano, 170 mil novos indivíduos passaram a se situar na pobreza extrema, sendo que 6,7% da população do país

passaram a viver com menos de US\$1,90/dia, o que significa que 13,8 milhões de brasileiros tiveram rendimentos inferiores à linha de pobreza definida pelo Banco Mundial. Importante ter em conta que o aumento da pobreza no país ocorre continuamente desde 2015.

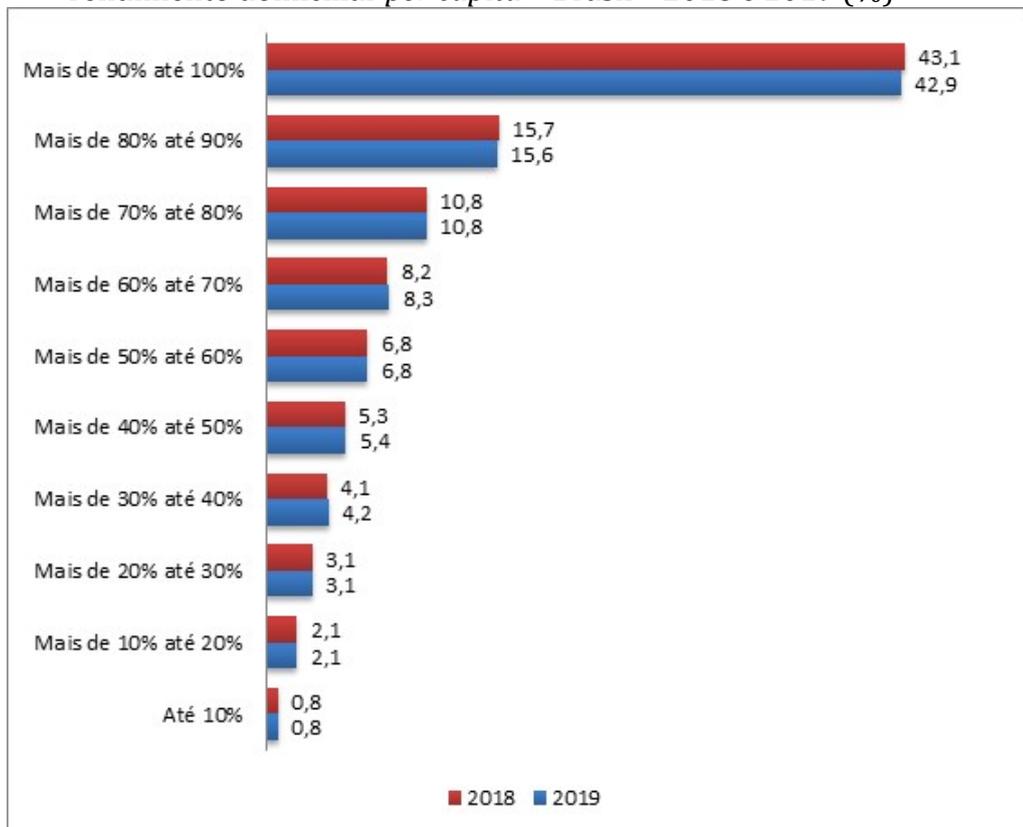
Tabela 6 – Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos, segundo as classes de percentual das pessoas, em ordem crescente de rendimento (R\$) – Brasil – 2012, 2018 e 2019

Percentil de rendimento	2012	2018	2019	Varição 2019-2018	Varição 2019-2012
Até 5%	165,00	158,00	160,00	+1,3%	-3,0%
De 5% até 10%	381,00	369,00	374,00	+1,4%	-1,8%
Mais de 10% até 20%	690,00	681,00	675,00	-0,9%	-2,2%
Mais de 20% até 30%	914,00	987,00	992,00	+0,5%	+8,5%
Mais de 30% até 40%	1.005,00	1.058,00	1.056,00	-0,2%	+5,1%
Mais de 40% até 50%	1.195,00	1.265,00	1.260,00	-0,4%	+5,4%
Mais de 50% até 60%	1.425,00	1.518,00	1.506,00	-0,8%	+5,7%
Mais de 60% até 70%	1.747,00	1.869,00	1.871,00	+0,1%	+7,1%
Mais de 70% até 80%	2.274,00	2.346,00	2.329,00	-0,7%	+2,4%
Mais de 80% até 90%	3.351,00	3.465,00	3.422,00	-1,2%	+2,1%
Mais de 90% até 95%	5.267,00	5.440,00	5.429,00	-0,2%	+3,1%
Mais de 95% até 99%	9.809,00	10.296,00	10.313,00	+0,2%	+5,1%
Mais de 99% até 100%	26.959,00	28.792,00	28.659,00	-0,5%	+6,3%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: rendimento de todas as fontes (2020, p.7).

Notas: Rendimento habitualmente recebido, a preços médios de 2019; Rendimento captado somente para as pessoas com 14 anos ou mais de idade.

Gráfico 8 – Distribuição da massa de rendimento mensal real domiciliar *per capita*, segundo as classes de percentual das pessoas, em ordem crescente de rendimento domiciliar *per capita* – Brasil – 2018 e 2019 (%)



Fonte: IBGE (2020, p.10).  
Nota: a preços médios do ano.

Em todos os cenários analisados nesta seção constatou-se que a alocação da renda brasileira ocorre de maneira reconcentrada na camada socialmente mais alta. Como apontado acima, em decorrência deste quadro ocorreu a majoração da pobreza extrema no Brasil. Este estado de coisas contribui de sobremaneira para a precarização das condições de vida dos que se situam na base da pirâmide social, elevando, primeiramente, o número do lumpemproletariado brasileiro e, em seguida, a miséria generalizada.

### Considerações finais

Este artigo buscou evidenciar, de forma generalizada, a maneira pela qual a renda brasileira é distribuída entre as classes, tendo como hipótese que tal é desigual entre as faixas da população do país. A partir de sua contextualização histórica, chegando até o momento presente, foi possível constatar a factualidade da hipótese de trabalho e, mais ainda, que tal se trata de um problema crônico do país.



Tomando em consideração o quadro pretérito, no período 1960 a 1970 - quando o crescimento econômico do Brasil foi de elevada magnitude -, o índice de Gini do país apresentou uma elevação de aproximadamente 14%, indicando que a renda gerada pelo elevado crescimento econômico do período não foi distribuída de uma maneira favorável à camada socialmente menos favorecida do país. Ao contrário, a maior parte desta foi alocada na camada da população socialmente mais elevada. Neste intervalo de tempo, a parcela da renda nacional destinada aos 50% brasileiros mais pobres se retraiu em aproximadamente 15,81%, ao passo que a fatia desta apropriada pelos 5% com rendimentos mais elevados no país se elevou em cerca de 20,49%. A explicação para este quadro é tida na política de compressão salarial largamente praticada nesses anos.

A distribuição da renda brasileira mais favorável à faixa da população do Brasil com rendimento mais elevado se acentua entre os anos 1976 e 1993, quando o coeficiente médio de Gini do país foi de 0,6371. O comportamento desigual da alocação da renda nacional pode ser explicado pela política econômica praticada no final dos anos 1970, que favoreceu não somente a concentração da renda brasileira no topo da pirâmide social do país, como também a concentração financeira, com a formação de conglomerados financeiros (estes que inclusive foram previstos no I Plano Nacional de Desenvolvimento), que atuaram nesta mesma direção. Devem ser tomados em consideração na explicação da maneira pela qual a renda nacional foi desigualmente distribuída entre as classes de renda do país os impactos negativos gerados na economia brasileira pelo Segundo Choque do Petróleo, em 1979, a crise da dívida externa ocorrida nos anos 1980, a instabilidade política existente no país até 1992, as políticas econômicas praticadas desde o início dos anos 1990, mais favoráveis à financeirização da economia brasileira e, conseqüentemente, à reconcentração da renda nacional na camada economicamente mais elevada e o cenário inflacionário existente no Brasil até a consolidação do Plano Real.

Com a implantação do Plano Real em 1994, a inflação brasileira foi controlada. Entretanto, dos anos iniciais de sua vigência até o ano 2001, tanto por conta das crises externas quanto das políticas de câmbio e juros praticadas no



período, o comportamento reconcentrador da renda do país na faixa mais rica da população do Brasil persistiu.

Já entre os anos 2001 e 2014, contrastando com todos os anos precedentes analisados neste artigo, a distribuição de renda brasileira se mostra mais favorável à parcela da população do Brasil com menores rendimentos (o que pode caracterizar uma alocação mais justa da renda nacional). O coeficiente de Gini brasileiro apresenta um decréscimo de 15,06% neste intervalo tempo, período este em que são geradas mudanças que possibilitaram melhorias dos padrões sociais do país, entre as quais a adoção dos Programas de transferência de renda Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Bolsa Família, além da valorização sustentada do salário-mínimo.

Já no período posterior e chegando até o presente, evidencia-se uma inflexão na redução da desigualdade da distribuição de renda brasileira, uma vez que desde 2015 o índice de Gini do Brasil passou a aumentar, indicando que 53,34% da renda brasileira foi canalizada aos que auferem rendimentos mais elevados no país, no período 2015-2019. Digno de nota é o comportamento apresentado pelo Programa Bolsa Família, que apresentou declínio importante de repasses nos anos 2015 – 2018. Deve ser ressaltada também na análise, como justificativa para a elevação da desigualdade na alocação da renda nacional ocorrida nos anos 2015 a 2019, a política econômica praticada em todos esses anos, que, principalmente no que se refere à taxa de juros, igualmente aos anos precedentes, se mostrou mais favorável à acumulação de capital fictício, possibilitando a reconcentração da renda brasileira no estrato economicamente mais elevado. Em adição, é importante tomar em consideração as instabilidades política e econômica ocorridas no país nos anos 2015, 2016, 2018 e 2019. Estas atuaram no sentido de inibição dos investimentos no país, contribuindo para o aumento da taxa de desemprego e retração da renda na camada socialmente menos favorecida da população brasileira.

Tomando-se em consideração o quadro presente da distribuição da renda brasileira, constata-se que a desigualdade desta alocação é extremada. Em 2019, 54,30% da renda gerada no país foi direcionada à camada com maior nível de renda. Em consequência, observou-se o aumento do nível da pobreza extrema do Brasil,

sendo que neste ano 170 mil novos brasileiros passaram a se situar nesta classificação, com 13,8 milhões de indivíduos do país sobrevivendo com rendimento inferior à linha da pobreza estipulada pelo Banco Mundial.

A desigualdade da distribuição da renda brasileira é um problema histórico do país. Tal dificulta a mobilidade social no Brasil. A majoração da quantidade de brasileiros vivendo em condição de miséria decorre da reconcentração da renda nacional na camada socialmente mais elevada, o que acende um sinal de alerta para a adoção de políticas focadas nos brasileiros mais vulneráveis e para uma distribuição de renda mais igualitária. Do contrário, se políticas orientadas a esta camada da população não forem adotadas, as consequências sociais podem ser drásticas.

## Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação. Nota técnica: financiamento da assistência social no Brasil. Brasília, DF: Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação, dez. 2010. 30p.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Gasto social do governo central: 2002 a 2015. Brasília, DF: Secretaria do Tesouro Nacional, 2016. 79p.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Programa Bolsa Família: pagamentos 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia/numeros/pagamentos-1/pagamentos-2016>. Acesso em: 18 abr. 2020.

CACCIAMALLI, Maria Cristina. Observações sobre a questão da distribuição de renda no Brasil. In: PINHO, D. M. (Coord.) *Manual de economia*. 1.ed. São Paulo: Saraiva, 1988, p.347-363.

ESPÍNDOLA, Claudio Francisco de. *Evolução física e financeira do Benefício de Prestação Continuada e do Programa Bolsa Família*. Monografia (Especialização em Orçamento Público) – Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Treinamento, Câmara dos Deputados, Instituto Serzebello Correa, Tribunal de Contas da União. Brasília, DF, 2007.

FRAGA NETO, Armínio. *Estado, desigualdade e crescimento no Brasil*. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, v.38, n.3, p.613-634, set/dez, 2019.



GEORGES, Rafael. *País estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras 2018*. OXFAM Brasil, São Paulo, 26.11.2018.

HOFFMANN, Rodolfo. Transferências de renda e redução da desigualdade no Brasil em cinco regiões, entre 1997 e 2005. In: BARROS, R. P. de; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.) *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2007. v.2, cap.15, p.17-40.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). Indicadores IBGE: pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua. Principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil 2012 – 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 31 jan. 2019.

\_\_\_\_. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2019*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

\_\_\_\_. Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua: rendimento de todas as fontes 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. ISBN 978-85-240-4507-3.

\_\_\_\_. Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua: rendimento de todas as fontes 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. ISBN 978-85-240-4529-5.

\_\_\_\_. Indicadores IBGE: pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua. Trimestre móvel jan. – mar. Rio de Janeiro: IBGE, 30 abr. 2020. 9:00.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Dois décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela Pnad/IBGE*. Brasília, DF: IPEA, 1 out. 2013. 47 p. (Comunicados do IPEA, n. 159).

LAGO, Luiz Aranha Correa do. A retomada do crescimento e as distorções do “milagre”, 1967-1974. In: ABREU, M. P. (Org.) *A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p.213-239.

LUPION, Bruno. *Mais de 170 mil brasileiros entraram para a pobreza extrema em 2019*. Deutsche Welle Brasil, Berlim, 18.05.2020. [Online] Disponível em [https://www.dw.com/pt-br/mais-170-mil-brasileiros-entraram-para-a-pobreza-extrema-em-2019/a-53477056?fbclid=IwAR3upToR2WalrIF3STJaomFKQnL\\_Vs7TQNuYnElXkv4TVHgu tqpbmOugU7Q](https://www.dw.com/pt-br/mais-170-mil-brasileiros-entraram-para-a-pobreza-extrema-em-2019/a-53477056?fbclid=IwAR3upToR2WalrIF3STJaomFKQnL_Vs7TQNuYnElXkv4TVHgu tqpbmOugU7Q). Acesso em 19 mai. 2020.

RESENDE, André Lara. Estabilização e reforma, 1964-1967. In: ABREU, M. P. (Org.) *A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p.197-211.

ROCHA, Sonia. Alguns consensos sobre a questão da pobreza no Brasil. In: DOWBOR, L.; KILSZTAJN, S. (Org.). *Economia social no Brasil*. São Paulo: Laboratório de Economia Social SENAC, 2001. p.71-88.



SERRA, José. *El "Milagro" Económico Brasileño: ¿Realidad o Mito?*. Buenos Aires: Ediciones Periferia, 1972.

\_\_\_\_\_. A reconcentração da renda no Brasil: justificações, explicações, dúvidas. In: TOLIPAN, R; TINELLI, A. C. (Org.). *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.263-288.

\_\_\_\_\_. *Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra*. Revista de Economia Política. São Paulo, v.2/2, n.6, p.5-45 abr/jun, 1982.

SOUZA, Pedro H.G. Ferreira de. *Uma história de desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013*. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2018.